



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ATA N.º 07

MANDATO 2025/2029

Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se a segunda reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Valongo, de vinte e seis de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 – Pedido de suspensão de Mandato do Membro eleito pelo PPD/PSD Octávio José da Silva Pereira, pelo período de um ano; -----

2 - Intervenção do público; -----

3 - Período antes da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA -----

1 – Aprovação das atas das reuniões realizadas nos dias 22.12.2025, 12.01.2026, 26.02.2026 e 05.03.2026. -----

2 – DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: -----

2.1 - Relatório e Contas do Município de Valongo, do ano 2025; -----

2.2 - Relatório de Gestão, e aplicação do Resultado Líquido do Período – Exercício Económico de 2025, da Vallis Habita; -----

2.3 - Proposta de alteração do contrato de sociedade da STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.; -----

2.4 - Abertura de procedimentos concursais para provimento dos cargos dirigentes intermédios de 2.º grau, Chefe da Divisão de Planeamento e Chefe da Divisão de Gestão Urbanística e submissão à aprovação da Assembleia Municipal a constituição do Júri dos procedimentos; -----

2.5 - 1ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2026; -----

3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e dois elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara, Paulo Jorge Esteves Ferreira, os/as senhores/as vereadores/as Ana Maria Martins Rodrigues, Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima, Ângela Alexandra Vieira Bragança Rui Fernando Marques da Silva. -----

Verificou-se a substituição, ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal António Queijo Barbosa, Catarina Maria Moreira das Neves Lobo, Daniela Maria Sampaio Ribeiro, Diogo Augusto Rebelo Pereira Marquez, Edite Maria de Carvalho Dinis Henriques, Fernando Jorge das Neves Ferreira, José António Ribeiro de Carvalho, Madalena Sofia Alves de Oliveira, Octávio José da Silva Pereira e Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa tendo sido substituídos, respetivamente, por José Joaquim Azevedo Gouveia, Pedro Miguel Bouça Fernandes, Andreia Isabel Oliveira Gonçalves Abreu, Fábio André Coelho Moreira, Luísa Ana Pereira Dias Pinto, Ana Margarida

Ferreira Leal, Andreia Filipa Barbosa Pacheco Moreira, Ricardo José Almeida Soares, Ilda Maria Ferreira Pinheiro e Nuno Filipe Teixeira Silva. -----

O Primeiro Secretário foi substituído pelo Membro José Joaquim Azevedo Gouveia. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, deu início à sessão. -----

O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, **José Joaquim Azevedo Gouveia**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à consideração da Assembleia o ponto 1 – Pedido de suspensão de Mandato do Membro eleito pelo PPD/PSD Octávio José da Silva Pereira, pelo período de um ano, não se tendo verificado intervenções. -----

Seguidamente colocou à apreciação da Assembleia Municipal a inclusão do ponto 2.5 - 1ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2026, que foi **aceite por unanimidade**. -----

De seguida concedeu a palavra aos Municípes que pretendessem intervir. -----

A Múncipe, **Alexandra Pinto**, disse que na sequência da intervenção que fez anteriormente, onde levantou um conjunto de questões, que foram respondidas pela Câmara, sobre o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, ainda, subsistem algumas dúvidas. -----

Assim, o Plano atualmente em vigor e face às exigências da atualização periódica encontra-se desatualizado, de acordo com a resposta remetida pela Câmara Municipal, a redação técnica do novo PAN deveria estar concluída até ao final do corrente mês. -----

Na mesma resposta, ainda, é referido que a identificação de pontos de encontro específicos por freguesia constitui uma norma técnica mais recente, a integrar na nova geração do Plano não estando prevista nas versões anteriores. -----

Perante isso e, sem qualquer intenção de fazer juízo técnico, mas apenas contribuir para um acompanhamento responsável, entende que é uma matéria que deve merecer a atenção de todos. Nesse sentido, gostaria de colocar as seguintes questões: -----

Se a Câmara tem condições de confirmar o calendário e assegurar que a nova versão do Plano incluirá informação clara e acessível à população, nomeadamente como agir em situação de emergência; Qual o calendário previsto para as fases seguintes, designadamente a validação pelas entidades competentes, a aprovação em Assembleia Municipal e a sua divulgação à população. -----

Estão a falar da capacidade de o município responder a situações de emergência e de garantir que a população saiba antecipadamente como agir e onde se dirigir em situação de emergência. -----

O Múncipe, **Carlos Mourão**, disse que as ruas, em Ermesinde, começando na rua 5 de Outubro, o cruzamento da 5 de Outubro e a Primavera, rua de Luanda, rua Manuel Joaquim Fernando Santos, Rua Humberto Delgado e outras tantas estão muito degradadas. Na sessão da Assembleia de Freguesia de 29 de novembro questionou o Presidente da Junta da Freguesia sobre o assunto que lhe disse que teria de questionar a Câmara, pois trata-se de um assunto que é da responsabilidade da Câmara e não da Junta de Freguesia. -----

Assim, perguntava para quando estão previstas obras nos arruamentos de Ermesinde. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A Múncipe, **Ester Coelho**, disse que fez um pedido de ampliação no edifício de habitação, devido a ter uma incapacidade de 67%, que lhe foi recusada. Assim, solicitava uma reapreciação do projeto, pois uma alteração ao projeto implica custos para os quais não tem condições de suportar. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que relativamente ao Plano Municipal de Proteção Civil está a ser feita a revisão ao Plano, mas importa destacar que existem ações implementadas, para além do Plano, para que a população esteja preparada. -----

Existem ações nas escolas, com a Proteção Civil, onde dão formação às crianças, auxiliares e professores, de como se comportarem em caso de tragédia, são feitos simulacros, ainda, hoje, entregaram equipamentos de proteção individual aos Bombeiros de Ermesinde, é feita a limpeza e gestão das faixas de combustível. ----- Quando existe a perspetiva de temporal ou intempérie, através das redes sociais dão alertas de como a população se deve comportar. -----

Relativamente à conservação e manutenção dos arruamentos, trata-se de um trabalho que nunca acaba, é um trabalho que, todos os anos, está previsto no orçamento municipal, com as intempéries o problema agravou, existe uma equipa, diariamente, a resolver questões pontuais, existem intervenções mais profundas que vão iniciar este ano a sua reparação. -----

Quanto à intervenção da Múncipe Ester Coelho desconhece o processo, são sensíveis às questões de mobilidade, mas existem regras urbanísticas que têm de cumprir. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, concedeu a palavra aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Andresa Baptista da Silva**, fez a seguinte intervenção: -----

Vimos hoje nesta Assembleia abordar um tema que, pela sua sensibilidade, gerou alarme social compreensível, mas que exige de todos nós um rigor técnico apurado: a qualidade do ar no nosso concelho. -----

Recentemente, fomos confrontados com notícias que apontavam Valongo como a cidade com o “pior ar do país”. É importante notar que esta conclusão deriva do Relatório Mundial da IQAir, uma empresa privada suíça que comercializa purificadores de ar e tecnologia de monitorização. Esta afirmação baseia-se no ranking internacional focado apenas em partículas finas, as chamadas PM2.5, mas carece de uma análise contextualizada que importa aqui repor. -----

Tecnicamente as PM2.5 são partículas com diâmetro inferior a 2.5 micra, com elevada capacidade de transporte a longa distância. É importante clarificar - e corrija-me se estiver enganada - que não temos um problema de poluição industrial estrutural no concelho. Pelo contrário, eventuais picos de concentração que possam surgir são frequentemente justificáveis por fatores externos e sazonais, tais como o transporte regional de poluentes de zonas vizinhas, o impacto dos incêndios rurais ou as intrusões de poeiras provenientes do Norte de África. Estes elementos encontram na orografia de Valongo uma barreira física que pode dificultar a dispersão do ar em determinados períodos, influenciando médias anuais sem refletir a realidade diária do concelho. -----

A nossa estação de monitorização em Ermesinde é uma estação de “Fundo Urbano”, desenhada para representar a exposição média da população. Gostaria de reforçar que tenho vindo a verificar os dados no sistema oficial da

QualAR da APA - Agência Portuguesa do Ambiente e não tenho visto qualquer registo de má qualidade do ar que suporte este alarme. Pelo contrário, os dados da APA mostram que a qualidade do ar em Valongo tem tido classificações de “Bom” e “Muito Bom”. -----

As situações de degradação são pontuais e de curta duração, frequentemente causadas pelo nosso relevo de vale que favorece a retenção de ar em dias de inversão térmica, ou por episódios extraordinários, como já referidos. -----

Neste sentido, gostaria de colocar duas questões ao senhor Presidente: -----

1. Tem o Município recebido alguma comunicação oficial das entidades competentes sobre o incumprimento dos valores limites de segurança? -----
2. Existe a perspetiva de implementar novas estações de monitorização locais para uma recolha de dados mais fina? -----

Por último, senhor Presidente, não posso deixar de retomar um tema da nossa última intervenção: o mobiliário urbano. A retirada dos abrigos de passageiros em todas as freguesias continua a penalizar quem utiliza o transporte público. Assim, pergunto diretamente: qual é o ponto de situação atual sobre a reposição integral destes abrigos e que garantias temos de que este processo será concluído com a celeridade que a população exige? ---

A Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Carla Cristina Queirós Ferreira Marques**, disse que pretendia falar sobre três assuntos. -----

O primeiro diz respeito às corporações dos Bombeiros Voluntários de Ermesinde e de Valongo, que, recentemente, alertaram para uma situação crítica quanto à sustentabilidade das corporações, apresentaram uma proposta concreta de regulamento que visa reforçar o apoio municipal à sua atividade, alerta que não podem ignorar. -----

Trata-se de instituições essenciais à segurança da população e enfrentam dificuldades no cumprimento da sua missão. Assim, impõe-se que a proposta seja analisada com prioridade e sentido de compromisso. -----

O segundo ponto tem a ver com um assunto já antigo, a possível alteração do atual modelo de circulação na Estrada Nacional 15, na freguesia de Valongo, pois a perceção que têm e que é transmitida pelos munícipes é de que a alteração no sentido do trânsito não teve o resultado esperado. -----

Foi transmitido que iria ser feito um estudo para a possibilidade, ou não, da reversão do sentido de trânsito, o tempo vai passando e os constrangimentos não diminuem. Assim, questionam qual o ponto de desenvolvimento desse estudo técnico. -----

O terceiro ponto trata de uma situação com alguma gravidade relacionada com a segurança rodoviária em Campo. Existe uma passadeira junto ao posto de combustível da BP, que apesar de estar sinalizada, com sinalética vertical, não tem qualquer pintura no chão, não existe o zebrado da passadeira, originando acidentes no local. ---

Sendo as questões de trânsito numa estrada nacional da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal e não da Câmara Municipal de Valongo, uma vez que afeta diretamente os munícipes, solicitam à edilidade que intervenha junto das Infraestruturas de Portugal para que proceda à resolução célere da situação, e de outras situações que porventura existirão no concelho. -----

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Ricardo Filipe Barbosa Moreira**, disse que gostaria de saber em que ponto de situação é que e de que modo é que a Câmara Municipal recebeu a notícia do estudo e a classificação no ranking da qualidade do ar e quais as conclusões tiradas, bem como se foi adotada alguma medida para efeitos de mitigação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Membro do Grupo Municipal da CDU, **Nuno Filipe Teixeira Silva**, apresentou a seguinte Moção: -----

Moção – 25 de Abril, 50 anos da Constituição, defesa do SNS e rejeição do Pacote Laboral -----

A revolução do 25 de Abril de 1974 libertou o povo português de décadas de ditadura e abriu caminho à democracia, às liberdades e à justiça social. -----

A Constituição da República Portuguesa, aprovada em 1976 e que celebra 50 anos em 2026, é a expressão maior desse projeto. Consagra direitos fundamentais como o direito à saúde, ao trabalho com direitos, à educação e à segurança social. -----

Deste legado nasceu o Serviço Nacional de Saúde, um pilar essencial de igualdade, garantindo cuidados de saúde a todos. -----

Mas hoje, estas conquistas estão sob ataque. -----

Assistimos a uma ofensiva contra o SNS através do subfinanciamento, de encerramento de serviços e da transferência de recursos para o setor privado. -----

E assistimos também a um ataque aos direitos dos trabalhadores, com o Pacote Laboral, que promove a precariedade, fragiliza a contratação coletiva e facilita os despedimentos. -----

Estas opções não são neutras. São contrárias ao espírito da Constituição e dos valores de Abril. -----

Celebrar o 25 de Abril e os 50 anos de Constituição exige, por isso, uma posição clara: defender o SNS, defender os direitos dos trabalhadores e cumprir a Constituição. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo delibera: -----

1. Reafirmar o 25 de Abril como o momento fundador da democracia e a Constituição como garante dos direitos do povo. -----
2. Exigir do Governo: -----
O reforço do SNS, com financiamento adequado e valorização dos profissionais; -----
A defesa do trabalho com direitos, rejeitando medidas que aumentem a precariedade. -----
3. Rejeitar o chamado Pacote Laboral, por colocar em causa: -----
A estabilidade no emprego; -----
O direito à negociação coletiva; -----
E condições de trabalho dignas. -----
4. Defender os serviços públicos de saúde no concelho e rejeitar o seu enfraquecimento. -----
5. Apoiar as lutas dos trabalhadores e assinalar o 1.º de Maio como um momento de afirmação dos seus direitos. -----

Disse de seguida que na zona industrial de Campo constata-se a insuficiência e alguns casos de ausência de passadeiras devidamente sinalizadas, com o elevado fluxo diário de trabalhadores e peões, essa situação compromete a segurança rodoviária e dificulta a mobilidade pedonal aumentando o risco de acidentes. -----

Assim, solicitam informação se foi realizado algum levantamento das condições de segurança rodoviária e pedonal na área, que medidas estão previstas para a instalação e reforço de passadeiras e acalmia de tráfego, bem como a prazo para a sua implementação. -----

Relativamente ao rio Ferreira frequentemente surgem notícias sobre episódios de poluição, afetando todo o seu leito, trata-se de um processo que se arrasta há dezenas de anos, acompanhado por promessas de solução que acabam no esquecimento, apesar das atribuições de distinções ambientais ao concelho. -----

A CDU tem vindo a denunciar essas preocupações de forma permanente, recebendo sempre indicações de possíveis soluções, uma de carácter pontual, outras aparentemente com pés para andar. Uma dessas posições datada de 29 de junho de 2021 referiam que a despoluição e recuperação do rio Ferreira seria tarefa da Associação de Municípios Parque das Serras do Porto, constituída há cinco anos, e da sua ação não se verifica qualquer melhoria. -----

A realidade mostra um rio Ferreira abandonado e com descargas poluentes. -----

No concelho de Valongo os rios continuam a ser classificados de extremamente poluídos, como atestam os parâmetros bacteriológicos, designadamente no que respeita a coliformes totais e coliformes fecais. -----

Segundo o Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos a água tem qualidade medíocre, sendo apenas potencialmente apta para irrigação, arrefecimento e navegação. A vida piscícola pode subsistir, mas de forma aleatória. -----

Entretanto, pelas notícias que têm vindo a público denunciando a continuidade da poluição, verifica-se a persistência dos mesmos problemas assinalados em 2021, com impacto em atividades de pesca desportiva. ----

Assim, solicitavam a lista identificativa e a descrição de fontes de poluição existentes no rio Leça e rio Ferreira, elencando que as medidas foram promovidas no âmbito da necessária despoluição desses cursos de água, bem como que medidas pretendem adotar para a melhoria da qualidade de água do rio Ferreira e rio Leça. -----

Recentes dados indicam que Valongo apresenta os piores níveis de qualidade de ar do país, com concentração de partículas finas muito acima dos valores recomendados, colocando em risco a saúde da população. Perante essa situação solicitam informação que diagnóstico existe sobre as principais fontes de poluição no concelho; que medidas estão previstas para melhorar a qualidade do ar; se existe uma monitorização pública e acessível desses indicadores. -----

Disse, de seguida, que a CDU reafirma a sua defesa intransigente de carácter universal do Serviço Nacional de Saúde, saudando todos os profissionais de saúde, utentes que participaram na tribuna pública organizada pelo PCP, no passado dia 21 de abril, onde foram várias as reivindicações ouvidas em frente ao hospital de Valongo, entre as quais a necessidade de devolver à população o serviço de urgência no Concelho, de valorizar os profissionais de saúde e os meios materiais do hospital. -----

Valorizar o SNS é apostar também nos cuidados de saúde primários e investir na prevenção. Não podemos aceitar que haja 1645 utentes sem equipa de saúde familiar do concelho, número que preocupa particularmente. -----

Defender o SNS é diminuir os custos dos utentes com a saúde, algo que não acontece no Centro de Saúde de Campo, uma vez que dada a sua localização e a falta de transportes públicos, muitos utentes se veem forçados a recorrer a táxis. -----

O Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, **Arnaldo Pinto Soares**, apresentou a seguinte Recomendação:

Recomendação – Salvaguarda da Escola do Xisto -----

A Comunidade de Alfena foi recentemente confrontada, através dos meios de comunicação e plataformas digitais, com o término do financiamento por via do PRR, do projeto da Escola do Xisto no final do presente ano letivo. É do conhecimento público que este projeto ficará, de sobremaneira, comprometido, correndo risco de não ser possível de manutenção. Os serviços prestados e o habitual acolhimento, integração e inclusão apenas se concretizam devido à intervenção direta da Câmara Municipal, que assegurou o custeamento nos moldes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

anteriormente assegurados pelos fundos comunitários do PRR, até ao final de agosto do corrente ano - uma medida que este Grupo de Cidadãos reconhece e saúda pela sua sensatez e mérito. -----

Contudo, a Escola do Xisto não é meramente uma infraestrutura educativa ou assistencial; é um pilar da identidade de Alfena. A sua missão foca-se no apoio a cidadãos com incapacidades e necessidades específicas, desempenhando um papel insubstituível na inclusão social e no suporte emocional às famílias da nossa freguesia.

A asfixia financeira desta instituição representará: -----

- Um retrocesso social: A perda de um espaço de referência na promoção da dignidade humana, com a consequente diminuição da oferta de serviços e eventual exclusão de utentes. -----
- Instabilidade familiar: O fim da proximidade geográfica que garante segurança e equilíbrio ao quotidiano dos utentes e seus cuidadores. -----
- Risco de fragilização da rede cívica: O patente risco de desaparecimento de um centro de convívio que dinamiza Alfena e reforça os laços comunitários. -----

Entendemos que, dado o claro interesse público do projeto, o seu cariz social e de inclusão, não podemos ficar pelo argumentário da moda, pelo que urge tomarem-se decisões concretas que salvaguardem os direitos, liberdades e garantias dos utentes da Escola do Xisto. -----

Em face disso, e dada a magnitude do aludido projeto e as obrigações constitucionalmente impostas ao Estado, pela Constituição da República Portuguesa, parece-nos caber ao Governo da República, através da tutela dos assuntos da Segurança Social, a assunção do apoio administrativo e financeiro. -----

Proposta de Recomendação: -----

A Junta de Freguesia de Alfena, nos termos e para os efeitos das competências desta Assembleia, de acordo com o previsto na legislação vigente, propõe: -----

1. Manifestar formalmente o seu apoio à continuidade da Escola do Xisto, reconhecendo o seu valor histórico, social e humano para a freguesia. -----
2. Instar as entidades competentes, nomeadamente o Governo Central e a Segurança Social, para que procurem soluções que garantam a viabilidade e sustentabilidade da escola a longo prazo. -----
3. Saudar a intervenção da Câmara Municipal na manutenção da atividade até agosto, apelando a que o Município continue a encabeçar o diálogo institucional para a preservação desta resposta social. -----
4. Remeter a presente Recomendação à Câmara Municipal de Valongo, ao Ministério do Trabalho e Solidariedade e Segurança Social e aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.

“Preservar a Escola do Xisto é preservar o coração inclusivo de Alfena”. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária de 30 de abril de 2026, aprova a presente recomendação. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde, **Miguel António Pereira de Oliveira**, disse que há uns anos a Câmara Municipal procedeu a obras de requalificação do antigo mercado de Valongo para albergar a esquadra da PSP de Valongo. -----

Agora anunciou obras nos postos da GNR de Alfena e GNR de Valongo, sendo o de Valongo suportado pela Câmara. -----

Recentemente foi entregue um veículo elétrico à PSP de Valongo, para o programa Escola Segura. -----
Disse, que se trata de situações com as quais concorda plenamente. -----
No entanto existe um pequeno detalhe que se chama Ermesinde, a esquadra da PSP de Ermesinde precisa de obras, também carece de melhores condições para os agentes, bem como se justifica um veículo elétrico para o programa Escola Segura. -----
Assim, propunha que, em conjunto com a PSP de Ermesinde fossem identificadas as necessidades concretas, bem como avançarem com um gesto simbólico, mas muito significativo, de atribuir à PSP de Ermesinde um veículo para a Escola Segura, para melhorar o serviço prestado à comunidade educativa. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre**, disse que pretendia falar sobre a habitação, um bem essencial a que apenas alguns têm acesso, muito por responsabilidade dos mercados, e não menos das políticas públicas. -----
Portugal é um dos países da OCDE onde mais difícil é comprar casa, com valores de 36% acima da média, as rendas continuam muito elevadas, só acessíveis à classe média. As áreas metropolitanas de Porto e de Lisboa aparecem à cabeça, onde Valongo não é exceção. -----
Com a aprovação da Estratégia Local de Habitação e a implementação do programa Primeiro Direito, poderá dar um contributo decisivo para resolver muitas situações de carência habitacional, permitindo o acesso à habitação condigna a pessoas e famílias economicamente vulneráveis. -----
A aquisição de prédios inacabados para serem concluídos e entregues a famílias constitui um exemplo concreto de grande impacto social, o mesmo se poderá dizer do lançamento do programa de reabilitação de empreendimentos de habitação no concelho. -----
Os programas de reabilitação de habitação causam sempre incómodo aos moradores, como se está a verificar no empreendimento social Outeiro de Linho, uma obra falada e prometida há vários anos e que poderia aumentar a oferta de habitação e melhores condições de habitabilidade. -----
O projeto de reabilitação desse empreendimento exige a deslocalização provisória dos moradores, alguns dos quais estão a fazer resistência. -----
Assim, o Grupo Municipal do PS gostaria de questionar se o senhor Presidente da Câmara assegura que as habitações provisórias asseguram todas as condições de habitabilidade; se são dadas todas as condições para que os moradores possam regressar às suas casas quando estiverem recuperadas; se se compromete a não alterar substancialmente as condições de arrendamento que os moradores têm atualmente quando regressarem às casas. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Fábio André Coelho Moreira**, disse que gostariam de questionar sobre o facto dos parquímetros no concelho estarem ou não em funcionamento. -----
Em várias zonas do concelho, nomeadamente junto ao comércio local e interfaces dos transportes públicos há um bloqueamento sistemático dos lugares de estacionamento por um período de utilização bastante prolongada, o que provoca alguns constrangimentos. -----
Para o comércio local se não há rotatividade dos lugares de estacionamento os clientes não podem fazer compras. Disse de seguida que para o PSD a gestão do espaço público exige transparência e eficácia, não podem aceitar que um sistema de estacionamento tarifado exista apenas no papel ou de forma intermitente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Gostariam de questionar, nomeadamente a nível da gestão financeira e da fiscalização, sobre o retorno financeiro real dos parquímetros para o erário público municipal, bem como qual a receita gerada e os custos associados com a manutenção, fiscalização e eventuais contratos de concessão. -----

Quanto à fiscalização gostariam de saber quem faz a fiscalização, atualmente, assim como quantas ações de fiscalização foram realizadas e quantas contraordenações foram emitidas, em 2025. -----

Gostariam de saber se o executivo considera a fiscalização suficiente e se consegue garantir o cumprimento da lei. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde, **Miguel António Pereira de Oliveira**, disse que relativamente à expansão do Metro para Valongo a Câmara terá na freguesia de Ermesinde um aliado, pois trata-se de um projeto estruturante para o futuro do território, assunto que tem acompanhado com interesse. -----

Dado tratar-se de um projeto estruturante e de grande dimensão a Junta de Freguesia de Ermesinde não pode continuar sem informação sobre o processo, não pode ser mantida à margem. Se são parceiros para outras matérias, porque deixaram de o ser quando se discute o maior projeto de mobilidade para as próximas décadas.

Não faz sentido que uma freguesia com uma população superior a 40 mil habitantes, a questão da mobilidade tem de ser discutida com quem conhece a cidade, as ruas, o fluxo, quem melhor do que a Junta de Freguesia para ajudar a pensar a localização do interface, os impactos urbanísticos, a integração com a malha urbana, a articulação com os transportes existentes, estacionamento, acessibilidades, oportunidades e riscos. -----

Ermesinde quer participar no projeto, quer conhecer e contribuir, o Metro não pode chegar a Ermesinde sem Ermesinde participar na discussão. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Clife Martim Dias Murtinheira de Lima**, apresentou a seguinte Moção: --

Moção -----

O Município de Valongo, através do seu executivo, promoveu a concretização de um projeto destinado a fomentar a inclusão da pessoa com deficiência a partir dos 6 anos de idade, através das artes, adaptando para o efeito as instalações na antiga Escola Básica do Xisto. -----

Com a comparticipação financeira do Município e o financiamento do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, no âmbito do Portugal 2020 e da União Europeia, através do Fundo Social Europeu, foi possível inaugurar em 2015, a Escola do Xisto, enquanto projeto-piloto, destinada a dar resposta às necessidades sociais identificadas no nosso Concelho. -----

Inicialmente, o programa OTLESPECIAL@RTE funcionava apenas nos períodos de férias escolares, mas rapidamente evoluiu para uma resposta social de carácter permanente. -----

Atualmente, a Casa do Xisto apoia regularmente 20 adultos e 20 crianças, número que sobe para 47 crianças durante os períodos de férias, assegurando acompanhamento contínuo a cerca de 40 famílias. Este apoio revela-se essencial, nomeadamente na conciliação da vida pessoal, familiar e profissional dos cuidadores. -----

Este projeto ultrapassa largamente o âmbito de um centro de ocupação de tempos livres tradicional. Tem como missão capacitar a pessoa com deficiência para o seu quotidiano, oferecendo um conjunto diversificado e integrado de serviços, designadamente terapias, academia de artes, desporto adaptado, consultas de psicologia,

atividades culturais e lúdicas, bem como um gabinete de ação social, destinado a esclarecer, orientar, intervir e acompanhar os utentes e as respetivas famílias. -----

A pertinência desta resposta é tal que estão em lista de espera 41 adultos e 9 crianças, aguardando vaga para aceder à Casa do Xisto e aos serviços sociais que esta oferece. -----

Entre 2022 e março de 2026, este projeto foi financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, no âmbito do Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto. Com o fim destes apoios e com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços prestados, o Município encetou esforços, junto do Governo, no sentido de garantir a manutenção deste projeto inovador. -----

Perante uma resposta negativa, o Município assumiu um investimento superior a 138.000 euros, não virando as costas a quem mais precisa. A omissão do Estado Central nesta matéria é inaceitável, injusta e moralmente reprovável, atentando contra a prossecução de fins de interesse público e falhando na solidariedade com uma autarquia que luta pela estabilização da vida de pessoas que necessitam de cuidados especiais e dependem destas respostas para uma vida digna. -----

É, por isso, de extrema importância que a Assembleia Municipal de Valongo se junte a esta causa e exija ao Governo uma solução que garanta a continuidade e o desenvolvimento deste projeto, único na nossa região e fundamental para a concretização de direitos constitucionalmente consagrados. -----

Nos termos do n.º 2 do artigo 71.º da Constituição da República Portuguesa, “o Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, (...) assumindo o encargo da efetiva realização dos seus direitos”. Acresce ainda o disposto no n.º 3 do mesmo artigo, segundo o qual “o Estado apoia as organizações de cidadãos portadores de deficiência”, sem prejuízo dos princípios da igualdade e da solidariedade social que estruturam o Estado de direito democrático. -----

Assim, caso o Governo, na sequência da interpelação desta Assembleia, reavalie a sua posição e contribua de forma eficaz para a manutenção e desenvolvimento desta iniciativa, não estará a fazer nenhum favor à Câmara Municipal e, muito menos, às crianças, jovens e suas famílias. Estará apenas a cumprir o seu dever constitucional enquanto garante dos direitos fundamentais. Não se trata apenas de uma exigência moral, mas sim de uma obrigação legal. -----

A aprovação da presente moção pela Assembleia Municipal de Valongo constituirá um sinal claro de união do Concelho em torno dos valores da dignidade da pessoa humana, da inclusão e da solidariedade social. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo reunida em sessão ordinária a 30 de abril de 2026, delibera aprovar a presente moção, exigindo ao Governo a salvaguarda e o financiamento do projeto Casa do Xisto, de forma a garantir a continuidade do apoio prestado a dezenas de famílias e a viabilizar o futuro dos seus utentes. -----

Disse de seguida que relativamente ao processo de desagregação das freguesias de Campo e Sobrado, em particular a partilha financeira realizada no momento da separação, o PS considera essencial repor a verdade dos factos, após as afirmações da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sobrado. -----

Em primeiro lugar tratou-se de um processo de elevada complexidade, realizado num contexto de incerteza legal, marcado por sucessivas alterações legislativas. -----

Em segundo, a questão foi pacífica para o PSD, representado pela Membro da Freguesia de Campo Ana Amélia, que deu o seu parecer favorável ao desfecho do processo. -----

Uma Junta de Freguesia é uma entidade viva e em funcionamento permanente, há despesas correntes que não podem ser suspensas, como a energia, a água, comunicações, salários e serviços essenciais à população. Assim,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

é irrealista e irresponsável querer fazer crer que seria possível fechar as contas ao cêntimo no exato momento da transição sem comprometer o normal «funcionamento dos serviços públicos. -----

Houve, naturalmente, despesas de gestão corrente que transitaram para ambas as freguesias e, ambas, herdaram contas por regularizar na ordem dos 30.000 euros para cada lado, o que é perfeitamente normal num processo dessa dimensão. -----

Quem realizou as obras de requalificação de que a população beneficia foi o anterior executivo da União de Freguesias, que incluiu o Parque da Gandra, foi o anterior executivo que realizou e concluiu as obras de requalificação na Junta de Sobrado, hoje essas infraestruturas existem e servem a população, então é necessário reconhecer que houve investimento, gestão e capacidade de execução. -----

Não se pode reduzir todo o trabalho a uma narrativa simplista de endividamento quando existem obras concretas, visíveis e úteis para todos. -----

Relativamente à partilha financeira, os factos são claros e documentados, após a desagregação continuaram a entrar receitas na conta da União, valores que foram divididos em total concordância entre as partes, numa reunião pacífica e transparente com a Senhora Presidente Ana Lourenço, sendo aplicada uma repartição de 50% para cada freguesia. -----

No caso do IMI, um valor de 763,54 euros foi dividido equitativamente, cabendo 381,77 euros a cada uma das partes. -----

Quanto ao fundo de financiamento das freguesias referente aos meses de novembro e dezembro, a divisão foi feita na proporção de 51% para Campo e 49% para Sobrado, conforme entendimento e acordo estabelecido entre as freguesias. -----

Entre ambas as freguesias existiram operações específicas com destino próprio, como o valor de 1028,08 euros referente à Granitex Lda. destinado exclusivamente a Campo. -----

Os encargos com o pessoal justificaram diferenças na distribuição final, uma vez que os custos salariais de Campo eram superiores, o que tornou impossível numa divisão estritamente simétrica nesse ponto, assim explica-se que o saldo final entregue tenha sido de 40.523,14 euros para Campo e 30.357,23 euros para Sobrado, tendo sido registado nos mapas de tesouraria um saldo final a dividir de 38.017,97 euros para Campo e 35.938,84 euros para Sobrado. -----

Todo o processo foi público, transparente e formalmente remetido ao Tribunal de Contas. Perante estes dados, é legítimo perguntar onde está, afinal, o alegado prejuízo para Sobrado. Se existe a afirmação de que Sobrado foi financeiramente lesado, então essa acusação exige provas concretas, objetivas e documentadas, capazes de contrariar os mapas financeiros oficiais e os registos enviados às entidades competentes. -----

Não podem aceitar que se coloque em causa a legitimidade dos atos praticados pelo anterior executivo apenas com base em insinuações ou discursos políticos, sem sustentação factual. A política exige seriedade, a gestão pública exige verdade, por isso, apela à senhora Presidente da Junta de Sobrado para repor publicamente a verdade sobre a gestão da anterior União de Freguesias, reconhecendo a transparência e a justiça do processo, ou apresente de forma clara, concreta e comprovada, onde e como é que Sobrado foi prejudicado. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rui Alexandre Sévola Abreu**, disse que pretendiam colocar uma questão que consideram relevante para o regular funcionamento democrático dos órgãos autárquicos e para o cumprimento integral do direito de oposição. -----

No Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Estatuto do Direito da Oposição, que foi remetido no passado dia 31 de março, está escrito que foi igualmente assegurada à oposição o direito de se pronunciar e intervir pelos meios constitucionais e legais, tendo os mesmos para tal apresentado propostas, pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos que foram tramitados nos termos legalmente previstos. -----

Assim, a formulação que consta expressamente no relatório implica que os vereadores da oposição possam apresentar propostas, incluindo alteração aos pontos submetidos a votação, como decorre do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Estatuto do Direito de Oposição. Contudo a informação que chega ao Grupo Municipal do PSD é diferente da que está descrita no relatório. -----

Segundo os vereadores dos PSD não está a ser permitido apresentar propostas de alteração aos pontos em discussão nas reuniões de Câmara, pelo menos tal faculdade não está a ser reconhecida de forma clara e consistente perante a divergência entre o que é afirmado no relatório e o que acontece na prática. -----

Questionou se existe alguma limitação formal, decisão política ou orientação interna do senhor Presidente da Câmara que impeça os vereadores da oposição de apresentar propostas de alteração. Se não existe tal limitação, por que motivo essa faculdade não está a ser operacionalizada nas reuniões do executivo, podem ou não os vereadores da oposição apresentar propostas de alteração aos pontos de discussão, tal como o relatório afirma, e como a lei prevê, o Estatuto do Direito de Oposição não é um documento decorativo, é uma garantia constitucional de pluralismo, transparência e fiscalização democrática. -----

Quando o relatório afirma que determinados direitos são assegurados, mas a prática revela o contrário, estão perante um problema que deve ser corrigido. O PSD não pede privilégios, pede o cumprimento da lei e o respeito pelas regras democráticas que regem o funcionamento dos órgãos autárquicos. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde, **Miguel António Pereira de Oliveira**, disse que ouvem muitas vezes falar de respeito institucional, colaboração entre órgãos, trabalho em equipa, governação em rede de proximidade como marca distintiva do poder local. -----

Aliás, o poder local democrático e proximidade encheu quase todos os discursos na sessão evocativa do 25 de Abril, neste mesmo espaço. -----

No dia 12 de janeiro, na sequência de uma Assembleia de Freguesia, remeteram ao município um conjunto de questões colocadas pelos legítimos representantes da população da cidade de Ermesinde, questões suscitadas por membros da Assembleia de Freguesia de várias sensibilidades políticas. -----

Como não obtiveram resposta, no dia 23 deste mês voltaram a reenviar essas mesmas questões, mas continuam sem resposta. -----

Ontem, na Assembleia de Freguesia de Ermesinde e, perante os representantes da população, não tinha respostas para dar, a não ser a falta de resposta da Câmara Municipal. -----

Quer, contudo, ser justo, numa distinção que considera importante fazer, não tem qualquer queixa do relacionamento direto com o senhor Presidente nem com a senhora Vice-Presidente, com quem fala quase diariamente, nem certamente teria com os restantes vereadores se tivesse essa necessidade permanente de diálogo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Sempre que houve contacto direto, sempre que houve necessidade de falar, de expor problemas ou procurar soluções, encontrou sempre abertura e disponibilidade, que faz questão de reconhecer, mas a normal relação entre município e freguesias não se pode esgotar, nem pode depender do contacto direto entre autarcas, não pode viver apenas de telefonemas, de mensagens ou de conversas entre os eleitos, há uma dimensão essencial da relação institucional que passa pelo funcionamento dos serviços, pela articulação entre estruturas, pela resposta das máquinas autárquicas umas às outras. -----

Essa dimensão, que é absolutamente estruturante, não está a funcionar como deveria e isso não pode ser substituído pelo contacto entre políticos, por melhor que ele seja, as instituições não podem depender das relações pessoais entre quem circunstancialmente ocupa um cargo, têm de funcionar pelos seus canais próprios, com resposta, com capacidade administrativa e com respeito pelos fluxos institucionais. -----

Existem centenas de emails por responder, centenas de situações pendentes, centenas de respostas em falta, e isso não é compatível com a lógica de proximidade e colaboração que tantas vezes proclamamos. -----

Reconhece o esforço que o Gabinete do senhor Presidente tem procurado fazer, mas esse esforço é manifestamente insuficiente. As juntas de freguesia não podem ser consideradas um apêndice administrativo do município, são parceiros institucionais do poder local, são a linha da frente, são proximidade, muitas vezes o primeiro lugar onde as pessoas procuram respostas. -----

Estão para ajudar, como sempre estiveram e continuarão a ser parceiros do município em tudo o que seja benéfico para as populações, mas trabalhar com o município não pode transformar-se num exercício estéril num envio sucessivo de pedidos sem resposta, nem num diálogo de sentido único. -----

Apenas pedem respostas, consideração, funcionamento institucional digno desse nome, porque o contacto direto entre autarcas é importante e felizmente existe, mas não chega, nunca poderá substituir aquilo que deve ser uma relação institucional robusta entre serviços e estruturas. -----

Disse de seguida que houve mais um avanço no processo do Parque do Leça, em Ermesinde, um projeto que tem sido adiado, parece, finalmente, mais próximo de se tornar realidade. -----

Ao longo dos anos a Junta de Freguesia de Ermesinde procurou, quase sozinha, ir mantendo viva a relação entre as pessoas a aquele território, com iniciativas de limpeza, valorização ambiental e, sobretudo, com o esforço de devolver vida e cor àquele espaço, que muitos deram por perdido. -----

A Presidente da Junta de Freguesia de Sobrado, **Ana Paula Cruz Lourenço**, disse que acredita que existam dificuldades em compreender o que se tem passado, ou o que se passou, em Sobrado, mas isso acontece quando lemos aquilo que nos mandaram ler, principalmente por pessoas que estiveram na comissão de extinção e em quinze reuniões faltaram a cinco. -----

Aconselhava que pegassem no Diário da República número 242, da II Série, de 17 de dezembro de 2025 e, portanto, voltava a reforçar o que disse na última sessão da Assembleia Municipal. -----

A 21 de novembro de 2025 abriu uma conta bancária em nome da Junta de Freguesia de Sobrado, ficou ativa e pronta a receber o dinheiro das transferências da DGAL e da Câmara Municipal, o que não sucedeu. -----

Em 25 de novembro implorou que transferissem os montantes que estavam depositados na conta da União de Freguesias e eram da Junta de Freguesia de Sobrado e da Junta de Freguesia de Campo, recebeu a primeira

tranche no dia 25 de novembro no valor de 15.000 euros e, no dia 26 de novembro recebeu a segunda tranche no valor de 10.000 euros. -----

Pagou aos funcionários e sobraram 7.842 euros, a seguir recebe uma capinha em que dizia que tinha 30.778,28 euros em dívidas para pagar, recebeu a pastinha e começou a fazer acordos de pagamento, que está a pagar e vai demorar a pagar. -----

Portanto, Sobrado não foi irresponsável, ele não foi irresponsável, não vai admitir que digam mal de Sobrado, ou digam mal do que estão a fazer em Sobrado. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Campo, **José Manuel Abreu Carvalho**, disse que pretendia esclarecer uma situação relativamente à desagregação, foi uma situação que aconteceu fruto da vontade de todos, que lutaram para que isso acontecesse. -----

Foi um processo complicado para ambas as partes onde ninguém ficou beneficiado, mas apesar de ser um divórcio das freguesias, mantém uma boa relação com a Presidente da Junta de Freguesia de Sobrado, que pretende manter e, aliás, têm uma colaboração estreita entre a partilha de materiais. -----

Tanto Campo como Sobrado ficaram sem alguns materiais importantes para a execução das suas tarefas e estão disponíveis para partilhar. -----

Em todas as reuniões que tiveram foram pacíficas, cada um na defesa dos interesses da sua freguesia e, em nada podem as populações acharem que estão a ser prejudicadas, ou que alguém está a beneficiar. -----

Os funcionários que estavam afetos aos serviços administrativos em Campo é que geriam as contas da União de Freguesia, uma orientação que houve, formas de trabalhar. -----

O implorar que a Presidente da Junta de Freguesia de Sobrado fala foram quatro dias, teve a ver com movimentos bancários, com a necessidade de abrir contas, não lhe parece grave uma espera de três ou quatro dias. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que quanto à qualidade do ar, não existe um problema estrutural de poluição, essa informação que foi publicamente divulgada, sem grande fundamento, provocou um alarme social que poderia ter sido evitado, bem como absolutamente desnecessário. – Contactaram a CCDR-N e a APA para saberem como surgiu a notícia, até têm vindo a receber informação de que a qualidade do ar é avaliada em bom ou muito bom. -----

Estranharam a notícia quando Valongo aparece em primeiro lugar e a Lousã, uma zona de serra, aparece em segundo lugar, questionaram a Vice-Presidente da CCDR que lhes disse que não fazia muito sentido. -----

Se fosse uma situação estrutural a CCDR e a APA tinham por objetivo alertar, pois fazem parte da rede oficial de monitorização da qualidade do ar, e os parceiros têm por obrigação de alertar os municípios quando existe algum evento. -----

Assim, foi transmitido pela Vice-Presidente da CCDR que se tratou da interpretação de dados de sensores de baixo custo instalados por um particular na cidade de Valongo, sem qualquer controlo meteorológico, calibração ou validação técnica. -----

Relativamente aos abrigos das paragens dos autocarros estão numa fase onde é visível a instalação dos novos abrigos, infelizmente, a anterior empresa que detinha a concessão teve um comportamento inaceitável. -----

Fizeram um planeamento de forma que o tempo entre a desinstalação e instalação dos abrigos fosse articulado para que a população estivesse sem os abrigos o menos tempo possível. O plano foi entregue, mas não foi cumprido por parte da anterior empresa, ou seja, os locais onde estava previsto desinstalar para a nova empresa instalar não foi cumprido, desinstalaram em outros locais atrasando o processo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Depois, retiraram os abrigos, mas não retiraram as fundações que estavam obrigados a retirar impedindo a outra empresa de colocar os novos abrigos. -----

Está previsto terem os abrigos colocados até ao final de junho. -----

Relativamente à sustentabilidade dos Bombeiros de Ermesinde e de Valongo, tem de ser assegurada pelo Estado Central, no entanto a Câmara está a financiar as duas corporações de forma a assegurarem liquidez de tesouraria. Infelizmente o serviço prestado pelas corporações de bombeiros não é pago atempadamente, ou seja, leva meses a que o Estado pague o serviço efetuado. -----

A Câmara está a apoiar financeiramente os Bombeiros de Ermesinde e de Valongo, e vai continuar a apoiar, bem como pagar os seguros e entrega de equipamentos. -----

Quanto ao trânsito em Valongo, no início do mandato houve uma reunião com um grupo de cidadãos que detêm comércio no centro da cidade de Valongo, onde ficou comprometido a realização de um estudo técnico que vai passar por inquéritos, uma avaliação de abrir o duplo sentido na rua da Passagem e a eventual necessidade de novos fluxos de trânsito, ou seja, novas vias, de forma a minimizar os constrangimentos do fluxo automóvel. -----

Sobre a passadeira junto à BP, trata-se de uma estrada nacional, houve um primeiro erro em colocar sinalética vertical sem pintar a passadeira, que não deve acontecer, deve ser feito em simultâneo, agora, independentemente de ser uma estrada nacional vão pintar a passadeira com o apoio do empreiteiro que está a fazer a obra na rua D. Sebastião. -----

Quanto à questão dos utentes é uma preocupação, pretendem que todos os munícipes possam ter médico de família, que está a ser assegurado pelo Polo do São João com quem têm reunido para que todos tenham médico de família. -----

Relativamente às passadeiras na zona industrial de Campo, nunca tiveram qualquer reclamação, mas registou a sugestão e vão avaliar, pois têm todo o interesse em que exista segurança pedonal. -----

Sobre a questão da poluição do rio Ferreira e que com a criação do Parque das Serras do Porto estaria prevista a despoluição, não tem informação sobre isso, o rio passa em Paredes, Valongo e Gondomar, e no município de Paços de Ferreira, só numa pequena parte é que passa na zona das serras, a outra passa em zona agrícola e rural. -----

Assim, é objetivo criar uma associação intermunicipal em defesa do rio Ferreira de forma a realizar-se aquilo que se tem feito no rio Leça com sucesso, já falaram com o Presidente da APA que considerou oportuna a criação da associação. -----

Quanto à questão da Casa do Xisto é uma preocupação do município, trata-se de um projeto que foi financiado pelo Portugal Inovação Social, depois no âmbito do PRR – Comunidades Desfavorecidas, tendo sido apontado como um exemplo a nível nacional e considerada uma situação atípica e uma solução de referência por tudo aquilo que representa aquela escola. -----

A Escola do Xisto trata-se de um projeto que permite ajudar o utente com deficiência profunda dos 6 anos até adultos, não se trata de um CACI, mas permite ajudar os pais. -----

A Câmara até agosto vai financiar o projeto, estão em contacto com a Segurança Social a tentar arranjar resposta para o financiamento do projeto. -----

Relativamente à PSP de Ermesinde estão disponíveis para fazer o que foi feito em Valongo, a Câmara arranja o espaço, mas o Estado Central financia a obra, como vão fazer na GNR de Alfena. -----

Sobre o veículo, o Presidente da Junta de Ermesinde estará a lançar um desafio como fez a Junta de Valongo em que assumiu metade do custo do veículo para o projeto Escola Segura, aceita o desafio. -----

Quanto ao Outeiro do Linho, estão a falar de um empreendimento de habitação social que tem mais de 60 anos, não sofreu obras até à data, onde as pessoas vivem de forma indigna e insegura. -----

Andam, desde 2022, a sensibilizar aquela população, aproveitando a oportunidade do PRR – Primeiro Direito de fazer um empreendimento novo, demolir o que lá existe atualmente e fazer um novo edifício, com condições dignas, mobilidade e acessibilidade, cumprindo todas as exigências atuais, passando de 16 fogos para 27, ou seja, mais 11 famílias que estão em lista de espera teriam casa. -----

Dos 16 fogos só 10 têm inquilinos, porque à medida que as pessoas vão saindo não é lá colocado mais ninguém. Realizaram, no verão passado, uma reunião com as famílias que lá residem o explicaram o projeto, o tempo que iria demorar, cerca de um ano, o objetivo era retirá-los temporariamente, durante a execução da obra, para outro local e depois regressavam às suas casas. -----

Na altura apresentaram três soluções: integrarem-se em outros empreendimentos em que houvesse casas disponíveis, o Park Hotel próximo ao empreendimento e residências temporárias, como estão a utilizar em outros empreendimentos, maioritariamente preferiram essa solução. -----

Quanto à questão dos parquímetros o propósito é garantir que existam lugares de estacionamento junto ao comércio local, e não a rentabilidade, a fiscalização é feita pela Polícia Municipal, sendo que existem muitas máquinas que estão avariadas e têm de ser substituídas. -----

Sobre o Metro estão em fase de estudo, está a ser analisado com as equipas técnicas da Metro, ainda não avançou para o projeto de execução, antes de avançar vão transmitir o que está a ser discutido. -----

Relativamente ao Direito de Oposição nunca esteve em causa, agora têm de perceber qual é a função de quem é eleito, de quem ganhou e de quem não ganhou. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à consideração da Assembleia a continuação do Período Antes da Ordem do Dia no Pós Ordem do Dia, tendo sido aceite. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 1 – Aprovação das atas das reuniões realizadas nos dias 22.12.2025, 12.01.2026, 26.02.2026 e 05.03.2026, não se tendo verificado intervenções foram colocadas à votação e **aprovadas por unanimidade** pelas presentes nas respetivas reuniões. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.1 - Relatório e Contas do Município de Valongo, do ano 2025. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Anabela Maria Freire de Sousa**, disse que o Grupo Municipal do PS pretende realçar os aspetos que se afiguram como mais relevantes no documento. -----

No que concerne na análise orçamental, verifica-se uma execução de 88.95% ao nível da receita e de 86.73% relativamente à despesa, valores que demonstram não só a precisão e seriedade conferidos à elaboração do orçamento, mas também o rigor imposto à sua execução. -----

Quanto à análise patrimonial, convirá dar nota no que diz respeito ao resultado líquido positivo na ordem dos 2.4 milhões no que se refere à evolução da dívida, verifica-se um acréscimo de 18,39% decorrente do aumento da componente de empréstimos de médio e de longo prazo, para o que contribuiu o valor relativo às cauções retidas a terceiros na ordem dos 4.3 milhões de euros. -----

O valor da dívida total encontra-se consideravelmente abaixo do limite imposto por lei, ou seja, não há excesso de endividamento e é também com uma gestão rigorosa em que todos os recursos são otimizados, e se consegue um prazo médio de pagamento a fornecedores de 10 dias. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A saúde financeira do município sai ainda mais evidenciada pelos principais indicadores financeiros, como sejam a liquidez geral e a autonomia financeira. Consta-se assim que os objetivos estratégicos traçados nas Grandes Opções de Plano e Orçamento se consubstanciam na prestação de contas. -----

Durante o ano de 2025 continuou-se a assistir a uma preocupação em aumentar o grau de satisfação de quem vive, trabalha e visita o concelho. -----

A valorização dos recursos humanos como fator determinante para garantir serviços públicos eficientes da contínua dinamização da Loja e dos Espaços do Cidadão, garantindo a proximidade e a rápida resposta aos cidadãos. Da Polícia Municipal, proporcionando um acréscimo de segurança de pessoas e bens. -----

Continua-se e bem a promover a cidadania e a participação democrática ativa em redes e instituições nacionais e internacionais, de que são exemplos projetos como o Orçamento Participativo Jovem, o Orçamento Participativo Sénior, a Semana Europeia da Democracia Local, a Rede das Autarquias Participativas e a rede das Cidades Educadoras, entre outras. -----

A requalificação do parque escolar e a educação mantêm-se como prioridades, sendo bem notórios os investimentos e projetos desenvolvidos no domínio da educação, como a requalificação da Escola Secundária de Valongo, da Escola de Valado, atividades como reconhecimento curricular e o ToK'A Mexer. -----

A habitação, preocupação central nos dias de hoje continua a merecer a maior e devida atenção de que é prova o investimento na reabilitação de empreendimentos de habitação social e a aquisição e finalização de prédios inacabados. -----

No domínio social, realça-se o reforço do projeto ASA, a Casa do Xisto e o meritório trabalho desenvolvido junto das pessoas em condições de sem-abrigo, promovendo a coesão e a inclusão social. -----

As iniciativas culturais e a promoção da leitura continuaram a fazer parte da vida dos valonguenses durante o ano de 2025, destacando-se a Feira do Regueifa do Biscoito e Mercado Oitocentista, a Festa do Brinquedo, o Entrelinhas Festa do Ferroviário, a Onomatopeia, o Manifestum e a Feira do Livro. -----

O desporto e o lazer ocupam, naturalmente, o lugar de destaque na atividade do município, realçando-se, em 2025, a reabilitação do Pavilhão da Bela e a construção da Piscina da Quinta do Passal como exemplo de estruturas que possibilitam a promoção de um estilo de vida saudável e ativo. -----

No âmbito do PRR decorrem ações de fulcral importância para o concelho, nomeadamente o Primeiro Direito, programa de apoio ao acesso à habitação, que visa promover soluções para aqueles que não têm habitação digna e apresentam dificuldades financeiras na sua obtenção, reabilitação de empreendimentos, tais como Mirante de Sonhos, Montes da Costa, entre outros, e na aquisição de prédios inacabados relativos ao empreendimento das Estrelas. -----

A remodelação e requalificação dos centros de saúde decorrente da transferência de competências da Administração Central, no qual se enquadra a construção do novo Centro de Saúde da Gandra, em Ermesinde. - O programa de Acessibilidade de 360, que visa promover a acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada, no âmbito do qual se realizam ações em habitações sociais e edifícios públicos. -----

Por fim, a promoção do território pelas suas marcas identitárias, que em 2025 continua a ser uma das prioridades do município, apreciando o rigor da gestão e da informação prestada. -----

Este é um documento sério, elaborado com clareza e objetividade, devidamente avalizado pelo Revisor Oficial de Contas. -----

Verifica-se que o município de Valongo mantém a sua opção por uma gestão criteriosa, rigorosa e eficiente dos recursos disponibilizados, cumprindo os compromissos assumidos perante terceiros e desenvolvendo investimentos e projetos que contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes, e para o crescimento do concelho. -----

O Membro do Grupo Municipal da CDU, **Nuno Filipe Teixeira Silva**, disse que o Relatório de Contas de 2025 apresenta, à primeira vista, indicadores que podem ser considerados positivos, taxas de execução elevadas, um resultado líquido positivo e uma situação financeira globalmente estável, como o próprio documento evidencia. -- Importa dizer, com clareza, a boa gestão financeira não é um fim em si mesmo, é um instrumento, e deve estar ao serviço das pessoas, da resolução dos problemas concretos e da melhoria das condições de vida do concelho. Quando analisam o relatório percebem que os números positivos não correspondem na mesma medida a resultados concretos no terreno, desde logo ao nível de execução. Estão perante uma boa execução das políticas ou perante uma contenção que adia respostas necessárias. -----

Não ter despesa pode significar rigor, mas também pode significar falta de concretização e os exemplos são claros, na habitação, uma das áreas mais críticas do concelho, o cenário é particularmente preocupante. O próprio relatório mostra que a construção de nova habitação social tem taxas de execução entre 0 e 16,3%. A reabilitação de vários empreendimentos ronda apenas os 20%. Na prática têm, essencialmente, o arranque de um único projeto, o empreendimento das Estrelas, com 43 fogos e muito pouco mais num contexto de enorme pressão habitacional, manifestamente insuficiente. -----

Na saúde a situação não é melhor, após a transferência de competências para o município, continuam por resolver problemas básicos, como a falta de acessibilidade no Centro de Saúde de Campo, a ausência de cobertos no Centro de Saúde de Alfena, problemas simples e concretos sentidos diariamente pela população, e que continuam sem resposta. -----

Quando olha para os números percebem o porquê as taxas de execução não irem além dos 16,8% no investimento. O relatório apresenta muitos projetos, mas quando olham para a sua concretização o cenário é bem diferente, há casos que não podem ser ignorados. -----

O Centro de Documentação da Bugiada e Mouriscada, sucessivamente inscrito no orçamento, continua com 0% de execução, em arruamentos uma parte significativa das intervenções previstas também apresenta 0% de execução, o apetrechamento das escolas tem níveis de concretização reduzidos, apesar da sua importância. --- Têm planeamento, mas falta execução na área de higiene urbana, que é uma das principais preocupações dos valonguenses. -----

O investimento apresenta uma execução de apenas 52,7%, dado particularmente relevante quando confrontado com as queixas constantes da população, não estão a falar de perceções, estão a falar de um problema real com impacto direto na qualidade de vida. -----

Há ainda uma questão de fundo que não podem ignorar as opções políticas refletidas no investimento, em particular a Casa da Democracia Local, não estão contra o projeto, mas não podem deixar de questionar a sua dimensão num concelho com carências evidentes na habitação, na saúde e na resposta social. -----

Avançar com o investimento dessa escala estão perante uma opção desajustada às prioridades reais. -----

Por fim, há uma limitação estrutural do relatório, trata-se de um documento muito descritivo, enumera ações, iniciativas, projetos, mas não avalia verdadeiramente resultados, não diz o que mudou na vida das pessoas, que problemas foram resolvidos, qual o impacto real das políticas que foram aplicadas, e sem essa avaliação, fica difícil falar de eficácia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Têm um relatório com bons indicadores financeiros, mas com fragilidades claras na execução, têm planeamento, mas concretização insuficiente em áreas essenciais, têm investimento, mas nem sempre alinhado com as prioridades da população e têm um documento que descreve muito, mas avalia pouco face à realidade. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que estão a falar do Relatório e Contas de 2025 e não do Orçamento de 2026, têm números positivos, têm saúde financeira, boas contas e uma boa taxa de execução. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à votação o ponto 2.1 - Relatório e Contas do Município de Valongo, do ano 2025, tem sido **aprovado por maioria**, verificando-se a seguinte votação: -----

Favor: 15 votos a favor, sendo: 12 votos do Grupo Municipal do PS e 3 votos dos Presidentes das Freguesias de Campo, Ermesinde e Valongo. -----

Abstenção: 17 abstenções, sendo: 7 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 4 abstenções do Grupo Municipal do CHEGA, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal da IL, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU e 2 abstenções dos Presidentes das Freguesias de Alfena e de Sobrado.

De seguida colocou à discussão o ponto 2.2 - Relatório de Gestão, e aplicação do Resultado Líquido do Período – Exercício Económico de 2025, da Vallis Habita, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria**, verificando-se a seguinte votação: -----

Favor: 15 votos a favor, sendo: 12 votos do Grupo Municipal do PS e 3 votos dos Presidentes das Freguesias de Campo, Ermesinde e Valongo. -----

Abstenção: 17 abstenções, sendo: 7 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 4 abstenções do Grupo Municipal do CHEGA, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal da IL, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU e 2 abstenções dos Presidentes das Freguesias de Alfena e de Sobrado.

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.3 - Proposta de alteração do contrato de sociedade da STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda. -----

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Ricardo Filipe Barbosa Moreira**, questionou se a alteração ao contrato da Sociedade STCP de alguma forma agrava ou altera as condições a nível financeiro para o município. -----

O Membro do Grupo Municipal da CDU, **Nuno Filipe Teixeira Silva**, disse que votariam contra a proposta. -----

A STCP concentra, hoje, competências ligadas a áreas como parques, terminais, estacionamento e outras dimensões instrumentais, bem como matérias de estudo e planeamento no domínio da mobilidade. -----

O problema está em que a opção, em vez de apontar para uma visão integrada com papel central do operador público, aprofunda uma lógica de separação e compartimentação de funções, num caminho diferente de que precisam para tornar a STCP operadora interna da Área Metropolitana do Porto. -----

Nestas áreas instrumentais e de suporte, o caminho seguido não é o de reforço da STCP e dos seus meios, equipamentos e capacidade operacional, mas antes a segmentação de parcelas do sistema em estruturas próprias. É essa a questão política de fundo que importa assinalar, mesmo quando apresentadas como soluções operacionais ou instrumentais, opções que vão no sentido da fragmentação de competências e não do reforço

articulado do serviço público, em vez de fortalecerem os operadores públicos tendem a enfraquecer a sua capacidade integrada de intervenção, como aconteceu com o setor ferroviário. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que a proposta não agrava, pelo contrário. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à votação o ponto 2.3 - Proposta de alteração do contrato de sociedade da STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda., tendo sido **aprovado por maioria**, verificando-se a seguinte votação: -----

Favor: 25 votos a favor, sendo: 12 votos do Grupo Municipal do PS, 7 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 1 abstenção do Grupo Municipal da IL e 5 dos Presidentes das Freguesias de Alfena, Campo, Ermesinde, Sobrado e Valongo. -----

Contra: 1 voto contra do Grupo da CDU. -----

Abstenção: 6 abstenções, sendo: 4 abstenções do Grupo Municipal do CHEGA e 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.4 - Abertura de procedimentos concursais para provimento dos cargos dirigentes intermédios de 2.º grau, Chefe da Divisão de Planeamento e Chefe da Divisão de Gestão Urbanística e submissão à aprovação da Assembleia Municipal a constituição do Júri dos procedimentos. -----

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Ricardo Filipe Barbosa Moreira**, disse que o método de seleção passará pela avaliação curricular e pela entrevista, sendo a ponderação 40/60, respetivamente, assim gostaria de saber porque foi tomada essa decisão e não o inverso. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que estão a utilizar o critério que sempre foi usado. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à votação o ponto 2.4 - Abertura de procedimentos concursais para provimento dos cargos dirigentes intermédios de 2.º grau, Chefe da Divisão de Planeamento e Chefe da Divisão de Gestão Urbanística e submissão à aprovação da Assembleia Municipal a constituição do Júri dos procedimentos, tendo sido **aprovado por maioria**, verificando-se a seguinte votação: ---

Favor: 16 votos a favor, sendo: 12 votos do Grupo Municipal do PS e 4 votos dos Presidentes das Freguesias de Alfena, Campo, Ermesinde e Valongo. -----

Abstenção: 16 abstenções, sendo: 7 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 4 abstenções do Grupo Municipal do CHEGA, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal da IL, 1 abstenções do Grupo Municipal da CDU e 1 abstenção da Presidente da Freguesia de Sobrado. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.5 - 1.ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2026. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Hugo Jorge da Rocha Padilha**, disse que a primeira revisão do orçamento e as grandes opções do plano de 2026 introduz um conjunto de ajustamentos que importa analisar com rigor, sobretudo porque representam alterações relevantes no plano plurianual de investimentos e nas atividades mais relevantes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O documento evidencia um reforço global de 475.830 euros na receita e na despesa, resultante de uma transferência de capital da Administração Central enquadrada no contrato de cooperação interadministrativo para o posto territorial da GNR de Alfena. -----

Este reforço tem um impacto direto no PPI, onde surgem dois tipos de investimento distintos na área da segurança e da eficiência energética, nos investimentos diretos relacionados com a GNR, sendo um deles em Alfena e outro no posto territorial de Campo. -----

A obra de Alfena é financiada e no imediato e com impacto direto no orçamento de 2026, enquanto em Campo sendo uma intervenção futura, depende da definição de financiamento integrada num pacote de eficiência energética. -----

Surge num outro projeto a requalificação de edifícios no âmbito de eficiência energética, com um financiamento não definido de 87.100 EUR, existem também outros investimentos associados ao mesmo pacote de eficiência energética, a escola Primeiro de Maio no montante de 85.000 euros, a Escola Profissional de Valongo com um montante de 258.000 euros, valores que surgem com um financiamento não definido, projetados para anos seguintes. -----

A revisão altera dotações na reabilitação de empreendimentos de habitação social, na construção de habitação social, na concretização da ação de comuns, estão a falar de uma redução de 147.000 euros, aproximadamente, e ajustes a nível dos combustíveis. -----

Assim, questionavam qual o calendário concreto para a execução da obra do posto territorial de GNR de Alfena, tendo em conta que o financiamento está totalmente definido para 2026; segundo que contrapartidas ou obrigações decorrem do contrato de cooperação interadministrativo celebrado com a Administração Central; terceiro o valor de 475.830 euros cobre integralmente o custo da intervenção, ou prevê-se a necessidade de reforços futuros no caso da GNR de Campo; quando prevê o executivo definir o financiamento necessário para os 87.100 euros previstos no âmbito da eficiência energética; qual o âmbito exato das intervenções previstas nos dois postos da GNR; requalificação estrutural, eficiência energética, ampliação. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que em relação à GNR de Alfena a obra tem de ocorrer durante este ano e ficar concluída até ao final do ano. -----

Relativamente à GNR de Campo, assim como a Escola Primeiro de Maio e a Escola Profissional de Valongo, é outro tipo de financiamento, o Norte 2023, abdicando de outros projetos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à votação o ponto 2.5 – 1.ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2026, tendo sido **aprovado por maioria**, verificando-se a seguinte votação: -----

Favor: 17 votos a favor, sendo: 12 votos a favor do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal da CDU e 4 votos dos Presidentes das Freguesias de Alfena, Campo, Ermesinde e Valongo. -----

Abstenção: 15 abstenções, sendo: 7 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 4 abstenções do Grupo Municipal do CHEGA, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal da IL e 1 abstenção da Presidente da Freguesia de Sobrado. -----

De seguida colocou à apreciação o ponto 3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Mário Rui Oliveira Monteiro**, disse que pouco ou nada falou sobre este ponto, o qual é importante face ao conteúdo que apresenta. -----

Trata-se de um documento de difícil compreensão, sentindo alguma dificuldade em avaliar, como indica o número de visitantes nos museus, mas não sabe se o número é baixo ou alto, não sabe qual é capacidade do concelho em receber visitantes nos museus, não tem com que comparar. -----

No caso da castração de animais errantes não sabe qual a capacidade do município em fazer castrações, se o número apresentado está no limite ou não. -----

Assim, sugeria a criação de um grupo de trabalho entre a Assembleia Municipal e o Executivo para análise e informação sobre o documento. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que o documento tem vindo a evoluir, já sofreu alterações estando disponível para qualquer esclarecimento. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à discussão o ponto Pós Ordem do Dia colocando à discussão seguinte **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal do PS: -----

Moção -----

O Município de Valongo, através do seu executivo, promoveu a concretização de um projeto destinado a fomentar a inclusão da pessoa com deficiência a partir dos 6 anos de idade, através das artes, adaptando para o efeito as instalações na antiga Escola Básica do Xisto. -----

Com a comparticipação financeira do Município e o financiamento do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, no âmbito do Portugal 2020 e da União Europeia, através do Fundo Social Europeu, foi possível inaugurar em 2015, a Escola do Xisto, enquanto projeto-piloto destinada a dar resposta às necessidades sociais identificadas no nosso Concelho. -----

Inicialmente, o programa OTLESPECIAL@RTE funcionava apenas nos períodos de férias escolares, mas rapidamente evoluiu para uma resposta social de carácter permanente. -----

Atualmente, a Casa do Xisto apoia regularmente 20 adultos e 20 crianças, número que sobe para 47 crianças durante os períodos de férias, assegurando acompanhamento contínuo a cerca de 40 famílias. Este apoio revela-se essencial, nomeadamente na conciliação da vida pessoal, familiar e profissional dos cuidadores. -----

Este projeto ultrapassa largamente o âmbito de um centro de ocupação de tempos livres tradicional. Tem como missão capacitar a pessoa com deficiência para o seu quotidiano, oferecendo um conjunto diversificado e integrado de serviços, designadamente terapias, academia de artes, desporto adaptado, consultas de psicologia, atividades culturais e lúdicas, bem como um gabinete de ação social, destinado a esclarecer, orientar, intervir e acompanhar os utentes e as respetivas famílias. -----

A pertinência desta resposta é tal que estão em lista de espera 41 adultos e 9 crianças, aguardando vaga para aceder à Casa do Xisto e aos serviços sociais que esta oferece. -----

Entre 2022 e março de 2026, este projeto foi financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, no âmbito do Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto. Com o fim destes apoios e com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços prestados, o Município encetou esforços, junto do Governo, no sentido de garantir a manutenção deste projeto inovador. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Perante uma resposta negativa, o Município assumiu um investimento superior a 138.000 euros, não virando as costas a quem mais precisa. A omissão do Estado Central nesta matéria é inaceitável, injusta e moralmente reprovável, atentando contra a prossecução de fins de interesse público e falhando na solidariedade com uma autarquia que luta pela estabilização da vida de pessoas que necessitam de cuidados especiais e dependem destas respostas para uma vida digna. -----

É, por isso, de extrema importância que a Assembleia Municipal de Valongo se junte a esta causa e exija ao Governo uma solução que garanta a continuidade e o desenvolvimento deste projeto, único na nossa região e fundamental para a concretização de direitos constitucionalmente consagrados. -----

Nos termos do n.º 2 do artigo 71.º da Constituição da República Portuguesa, “o Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, (...) assumindo o encargo da efetiva realização dos seus direitos”. Acresce ainda o disposto no n.º 3 do mesmo artigo, segundo o qual “o Estado apoia as organizações de cidadãos portadores de deficiência”, sem prejuízo dos princípios da igualdade e da solidariedade social que estruturam o Estado de direito democrático. -----

Assim, caso o Governo, na sequência da interpelação desta Assembleia, reavalie a sua posição e contribua de forma eficaz para a manutenção e desenvolvimento desta iniciativa, não estará a fazer nenhum favor à Câmara Municipal e, muito menos, às crianças, jovens e suas famílias. Estará apenas a cumprir o seu dever constitucional enquanto garante dos direitos fundamentais. Não se trata apenas de uma exigência moral, mas sim de uma obrigação legal. -----

A aprovação da presente moção pela Assembleia Municipal de Valongo constituirá um sinal claro de união do Concelho em torno dos valores da dignidade da pessoa humana, da inclusão e da solidariedade social. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo reunida em sessão ordinária a 30 de abril de 2026, delibera aprovar a presente moção, exigindo ao Governo a salvaguarda e o financiamento do projeto Casa do Xisto, de forma a garantir a continuidade do apoio prestado a dezenas de famílias e a viabilizar o futuro dos seus utentes. -----

Não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**. -----

De seguida colocou à discussão a seguinte **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: -----

Moção – 25 de Abril, 50 anos da Constituição, defesa do SNS e rejeição do Pacote Laboral -----

A revolução do 25 de Abril de 1974 libertou o povo português de décadas de ditadura e abriu caminho à democracia, às liberdades e à justiça social. -----

A Constituição da República Portuguesa, aprovada em 1976 e que celebra 50 anos em 2026, é a expressão maior desse projeto. Consagra direitos fundamentais como o direito à saúde, ao trabalho com direitos, à educação e à segurança social. -----

Deste legado nasceu o Serviço Nacional de Saúde, um pilar essencial de igualdade, garantindo cuidados de saúde a todos. -----

Mas hoje, estas conquistas estão sob ataque. -----

Assistimos a uma ofensiva contra o SNS através do subfinanciamento, de encerramento de serviços e da transferência de recursos para o setor privado. -----

E assistimos também a um ataque aos direitos dos trabalhadores, com o Pacote Laboral, que promove a precariedade, fragiliza a contratação coletiva e facilita os despedimentos. -----

Estas opções não são neutras. São contrárias ao espírito da Constituição e dos valores de Abril. -----
Celebrar o 25 de Abril e os 50 anos de Constituição exige, por isso, uma posição clara: defender o SNS, defender os direitos dos trabalhadores e cumprir a Constituição. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo delibera: -----

1. Reafirmar o 25 de Abril como o momento fundador da democracia e a Constituição como garante dos direitos do povo. -----
2. Exigir do Governo: -----
O reforço do SNS, com financiamento adequado e valorização dos profissionais; -----
A defesa do trabalho com direitos, rejeitando medidas que aumentem a precariedade. -----
3. Rejeitar o chamado Pacote Laboral, por colocar em causa: -----
A estabilidade no emprego; -----
O direito à negociação coletiva; -----
E condições de trabalho dignas. -----
4. Defender os serviços públicos de saúde no concelho e rejeitar o seu enfraquecimento. -----
5. Apoiar as lutas dos trabalhadores e assinalar o 1.º de Maio como um momento de afirmação dos seus direitos. -----

A Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Carla Cristina Queirós Ferreira Marques**, disse que o Grupo Municipal do PSD irá votar contra. -----

O PSD revê-se nos valores do 25 de Abril, na democracia, na liberdade e na Constituição da República Portuguesa, não aceitam qualquer tentativa de apropriação exclusiva por qualquer força política. -----

A Moção não se limita a assinalar a data histórica, vai mais longe, constrói uma leitura ideológica e parcial da realidade, particularmente no que diz respeito ao SNS e às políticas laborais. -----

O PSD tem defendido de forma consistente a valorização dos profissionais do SNS e a melhoria de respostas à população, aliás foi com Governos do PSD que se avançou a valorização de várias carreiras na área da saúde, com medidas estruturantes e responsáveis. -----

Rejeitam, por isso, a narrativa simplista, o desmantelamento ou ataque ao SNS que não corresponde à realidade nem contribui para soluções relativamente às questões laborais. -----

A Moção parte de pressupostos com os quais não concordam, o PSD tem defendido uma revisão dos direitos dos trabalhadores, que seja equilibrada e combata a precariedade, mas que promova o emprego, a competitividade e a sustentabilidade económica das empresas. -----

Não acompanham visões rígidas e ideologicamente fechadas que ignoram a necessidade de adaptação do mercado de trabalho aos desafios atuais. -----

A rejeição global do chamado pacote laboral nos termos em que é apresentada, assenta numa leitura unilateral que não reconhece a complexidade das matérias em causa, nem o esforço que tem sido feito para encontrar soluções equilibradas. -----

Por outro lado, a moção mistura matérias de âmbito nacional com deliberações locais, procurando vincular a Assembleia a posições políticas que extravasam claramente as suas competências. -----

O PSD continuará, como sempre, a defender um SNS forte e sustentável, a valorização real dos trabalhadores, políticas públicas responsáveis, equilibradas e orientadas para resultados, mas não pode acompanhar uma Moção que assenta em pressupostos com os quais não concordam e que promove uma leitura parcial ideológica da realidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA; **José Pedro Borges da Silva Pereira**, disse que o Grupo Municipal do CHEGA irá votar contra a Moção, em primeiro lugar porque não faz sentido trazer assuntos que são do critério nacional, bem como a CDU tem por hábito meter as coisas na mesma geringonça, e por vezes votar contra medidas que realmente importam e impactam com a vida nacional. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à votação a Moção – 25 de Abril, 50 anos da Constituição, defesa do SNS e rejeição do Pacote Laboral, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, tendo sido **aprovada por maioria**, com 17 votos a favor dos Grupos Municipais do PS, da CDU e dos Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Campo, Ermesinde e Valongo, e 15 votos contra dos Grupos Municipal do PSD, CHEGA, CDS, IL e a Presidente de Junta da Freguesia de Sobrado. -----

De seguida colocou à consideração da Assembleia a constituição de um grupo de trabalho para a elaboração de uma proposta de regulamento para a criação da Assembleia Municipal Sénior, que foi **aceite por unanimidade**. Seguidamente colocou à votação a aprovação em Minuta das deliberações tomadas tendo sido **aprovada por unanimidade**, dando de seguida por encerrada a sessão. -----

Para constar lavrou-se a presente ata que, depois de devidamente lida e aprovada, será assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente: _____

O 1.º Secretário: _____

A 2.ª Secretária: _____